

## A CCEE e a meta de ser referência internacional <sup>(1)</sup>

Rodrigo Ferreira <sup>(2)</sup>

Durante a realização do evento Agenda Setorial 2022, ainda no início do ano, o presidente do conselho de administração da CCEE, Rui Altieri, revelou a meta de a CCEE ser referência mundial enquanto câmara de contabilização e liquidação do mercado de energia elétrica. Uma meta ambiciosa, e é bom que seja.

É fato que o Brasil tem um nível de excelência no seu sistema elétrico e, mais do que isso, o nosso setor elétrico é povoado de mentes brilhantes e preparadas. Muitos desses talentos estão na CCEE e, inclusive, muitos nomes de grande destaque hoje no setor são egressos da CCEE e desempenham papéis de destaque em outras entidades, públicas e privadas.

Ao mesmo tempo em que verificamos a grande qualidade do corpo técnico da CCEE, percebemos também fragilidades na sua gestão para o alcance dessa ambiciosa meta.

A CCEE é uma sociedade de direito privado sem fins lucrativos, mantida pelo conjunto de agentes que atuam no mercado de compra e venda de energia elétrica. Em outras palavras: a CCEE é uma empresa privada sustentada pelos agentes que a compõem e, convenhamos, não custa barato ao mercado sua manutenção.

É sobre a governança da Câmara, principalmente neste momento, em meio às discussões sobre a abertura integral do mercado, que é importante fazer alguns questionamentos: a sua estrutura está realmente alinhada com a de uma empresa privada que pretende ser a melhor do mundo no que faz? A governança é moderna e busca a maior eficiência e transparência junto aos seus mantenedores? Há uma diretoria executiva escolhida exclusivamente por critérios técnicos em um processo profissional de seleção? As propostas da gestão são sempre bem fundamentadas? Há pressão sobre a diretoria, e até mesmo risco de substituição, quando do não atingimento de metas e prazos importantes? A remuneração da direção e da equipe está orientada para premiar o atingimento de metas e prazos? Acredito que, para todas as perguntas acima, a resposta é “não”. Mais do que isso, para todas as perguntas acima a resposta é muito diferente daquelas que encontramos nas demais empresas privadas do setor elétrico nacional.

Vamos analisar mais a fundo. A governança da CCEE já é, no mínimo, uma jabuticaba: um Conselho de Administração que exerce funções de diretoria e de Conselho ao mesmo tempo. É básico que quem fórmula proposta não deve ser quem aprova e avalia sua execução, tampouco cabe a uma assembleia geral esse papel de Conselho. Pior em relação à governança atual: o governo não paga a conta da CCEE, mas indica o seu presidente. A CCEE é uma empresa regulada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica e isso já não seria o suficiente para garantir a correta contabilização e liquidação das operações? Não são essas as atividades que dizem respeito a interesses do Estado? É necessário garantir também os interesses de governos que mudam a cada quatro anos?

O atual Conselho, que atua mais como diretoria executiva, percebeu isso e, ao propor, corretamente, alterações na governança, apresentou uma proposta que, aparentemente, não passaria pelo crivo de um “verdadeiro e afiado” Conselho de Administração, sobretudo o Conselho da melhor empresa do mundo. A proposta não teve apoio externo de empresas especializadas nesse tipo de reorganização corporativa, cria uma diretoria executiva subordinada a um Conselho, mas não define, por exemplo, se esse Conselho é deliberativo, ou quais suas funções, dentre outros pontos fundamentais para uma análise da proposta. Diz-se que seria um Conselho igual ao do Operador Nacional do Sistema Elétrico, mas nem isso e muitos outros pontos estão claros.

A CCEE, para alcançar sua meta, necessita de um Conselho de Administração profissional, indicado pelos segmentos de mercado que suportam suas operações, e formado por profissionais com notório saber em suas áreas de competência. De certa forma, como é hoje, contudo, com aperfeiçoamentos: sem o peso que o governo tem atualmente e com uma participação mais proporcional de segmentos do mercado em relação aos seus votos.

A grande mudança seria na diretoria, que precisa ser escolhida a dedo e por empresas especializadas em encontrar os melhores profissionais para cada área e com remuneração e estímulos adequados para uma empresa privada que busca ser referência mundial. Uma diretoria que não tenha a visão temporal de um mandato, mas a certeza de permanência ou saída em função da sua performance, constantemente avaliada pelo Conselho de Administração.

Além disso, aos questionamentos já colocados sobre a governança da CCEE, é preciso colocar mais um, fundamental: a gestão da Câmara está alinhada com os interesses e demandas de suas empresas associadas?

Atualmente parece que não. Vimos recentemente a proposta orçamentária incluir um novo negócio, com fins lucrativos e que não faz parte da sua missão estatutária, sob a promessa de ser algo com potencial de gerar resultado financeiro positivo no futuro, sem sequer estar elaborado um plano de negócios que deixe claro riscos e benefícios dessa nova atividade.

Em outro ato atentatório ao mercado, a CCEE criou um precedente perigoso e passou a cobrar de apenas uma classe de agentes emolumentos exclusivos para a realização de uma atividade específica pela Câmara, sem discussão ampla sobre o conceito dessa nova metodologia de cobrança, suas implicações futuras e a necessidade de modernização de processos. Qual será o próximo emolumento e para qual atividade e de que agentes? Tudo isso aprovado em meio à uma discussão orçamentária que deveria apenas acontecer após a discussão do mérito das propostas.

Mas a mais recente proposta supera qualquer outra e aponta para a urgente reforma de sua governança. Para a surpresa de todos e sem qualquer debate prévio com o mercado que a suporta e para o qual ela existe, a CCEE (conselho ou diretoria, sabe-se lá) propôs para a Aneel a alteração das regras do mercado de curto prazo para imputar a todos os agentes, na proporção dos votos, o valor de quase R\$ 1 bilhão referente a débitos não pagos por 80 meses e suspensos por decisões judiciais do risco hidrológico (GSF).

Uma proposta já refutada pelo mercado anteriormente e, no mínimo, esdrúxula, sem qualquer suporte legal na regulação ou legislação setorial. Uma proposta que altera a regra atual para tentar corrigir uma distorção retroativamente, piorando o problema e causando uma realocação dos riscos do mercado de curto prazo que favorece claramente alguns agentes em detrimento de outros. Mais uma proposta que não passaria pelo crivo de um Conselho de Administração profissional como clama urgentemente a nossa CCEE e, principalmente, atento aos interesses das associadas.

A Abraceel apoia qualquer solução que realmente resolva o impasse jurídico da judicialização do GSF, mas não apoia soluções que apenas joguem o problema para debaixo do tapete e com imenso potencial de criar novas demandas judiciais.

Os comercializadores representam hoje cerca de 30% dos votos da CCEE. Mantemos e suportamos parte relevante dos seus custos e acreditamos na sua evolução. Respeitamos e valorizamos seu time técnico, mas rejeitamos propostas mal formuladas e sem fundamentação e que criam instabilidade nas regras de mercado e, por todas essas razões, pedimos urgentemente uma reforma da governança da Câmara, aspecto fundamental para quem quer ser referência mundial.

(1) Artigo publicado no Canal Energia. Disponível em:

<https://www.canalenergia.com.br/artigos/53231182/a-ccee-e-a-meta-de-ser-referencia-internacional>.

Acesso em 30 de novembro de 2022.

(2) Rodrigo Ferreira é presidente-executivo da Associação Brasileira de Comercializadores de Energia (Abraceel).